

## **CONTRADIÇÕES EMPRESARIAIS**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 23.06.1981

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Albano Franco, fez na semana última declarações à “Gazeta Mercantil”, sobre a política salarial e sobre as intervenções do Estado na economia, que demonstram que os empresários começam a compreender que, para exercer o papel não apenas de classe dominante mas também de classe dirigente, devem partir do Brasil real subdesenvolvido, industrializado, monopolista, estatal, marcado por profundas desigualdades sociais, e hoje mergulhando em um grave crise econômica ao invés de insistirem em velhas teses liberais.

O Sr. Albano Franco colocou-se a favor da atual lei salarial e, além disso, defendeu “um certo” controle pelo Estado das taxas de juros e dos preços. Disse que a atual lei salarial não é inflacionária e observou que a atual política de preços e juros livres vem beneficiando apenas as grandes empresas, afirmando: “Para as grandes é melhor a liberação, para as pequenas um certo controle seria a solução.

Esta posição contrasta com a de outros líderes empresariais. Alguns resolveram recentemente criticar a lei salarial, dando assim apoio à política econômica monetarista e recessionista das autoridades econômicas. É o caso do presidente da FIESP que, ao mesmo tempo em que foi, corretamente, alertar o presidente da República contra os altos juros e o desemprego generalizado a que estão nos conduzindo as medidas monetaristas do governo, contraditoriamente criticou a atual lei salarial, a qual, ao sustentar parcialmente a demanda agregada, talvez seja o principal fator (juntamente com os investimentos e subsídios do Estado) a impedir que a atual recessão assuma características ainda mais graves, transformando-se em depressão. Realmente, esta lei salarial é incompatível com uma política econômica recessionista. Mas se isto é verdade, a solução é mudar a política econômica, não a lei salarial.

Outros empresários e políticos, entre os quais salienta-se o Sr. Olavo Egídio Setúbal insistem em atribuir todos os males da sociedade e da economia brasileira à forte participação do Estado na economia. Ignoram, ao assumir esses velhos postulados liberais, que apesar de todos os erros que os governos autoritários cometeram e que o atual governo, apenas relativamente democrático, vem cometendo na condução dos destinos econômicos do País, o desenvolvimento que conhecemos desde o início dos anos 50 jamais teria sido tão grande sem a participação que houve do Estado. Ignoram também que a crise em que estamos mergulhando atualmente já seria muito mais grave, dada a drástica redução dos investimentos privados, não fosse a manutenção relativa dos investimentos estatais.

Diante desses equívocos e contradições dos representantes da burguesia, seja criticando a lei salarial, que estabelece as bases de uma paulatina e necessária redistribuição de renda neste País, seja transformando maniqueisticamente o Estado no novo demônio, quando ele é simplesmente uma realidade inerente ao estágio atual das sociedades capitalistas monopolistas como a brasileira, foi uma surpresa agradável ouvirmos o presidente da Confederação Nacional da Indústria defender a lei salarial e o controle de preços e juros. Porque, se a atual lei salarial é um caminho para uma melhor redistribuição da renda neste País, o controle de juros e dos preços das grandes empresas é a única forma possível de se vir a controlar a inflação em uma economia altamente oligopolizada e cartelizada como a brasileira.(23/06)